

## **Lulismo: um inventário (pretensamente) crítico**

Marcos de Jesus Oliveira  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

**Resumo:** O problema da institucionalização do poder e da autoridade na configuração do Estado-nação é um dos temas mais bem documentados pela literatura nacional em ciências sociais, apresentando uma diversidade de enfoques e de metodologias bem como diferentes recortes temporais. Nos últimos anos, inúmeros pesquisadores e pensadores vêm tentando descrever e explicar adequadamente a estrutura social e política formada durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), comumente denominado pela literatura especializada de lulismo e cujos contornos se mantêm durante sua sucessão sob a liderança da presidenta Dilma Rousseff (2012-). O presente trabalho pretende apresentar o trabalho de alguns desses autores, em especial, cinco deles, a saber, Francisco de Oliveira, André Singer, Marcos Nobre, Ruy Braga e Rudá Ricci, discutindo algumas das tensões e das contradições que permeiam as problemáticas concernentes a esse campo de debate intelectual e, portanto, também político brasileiro.

**Palavras-Chave:** lulismo; ciências sociais; luta de classes.

### **1. Um breve e parcial inventário...**

O problema da institucionalização do poder e da autoridade na configuração do Estado-nação é um dos temas mais bem documentados pela literatura nacional em ciências sociais, apresentando uma diversidade de enfoques e de metodologias bem como diferentes recortes temporais. Nos últimos anos, inúmeros pesquisadores e pensadores vêm tentando descrever e explicar adequadamente a estrutura social e política formada durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), comumente denominado pela literatura especializada de lulismo e cujos contornos se mantêm durante sua sucessão sob a liderança da presidenta Dilma Rousseff (2012-). O presente trabalho pretende apresentar o trabalho de alguns desses autores, em especial, cinco deles, a saber, Francisco de Oliveira, André Singer, Marcos Nobre, Ruy Braga e Rudá Ricci, discutindo algumas das tensões e das contradições que permeiam as problemáticas concernentes a esse campo de debate intelectual e, portanto, também político brasileiro.

O livro **“Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador”** do cientista político André Singer é um importante ponto de inflexão na discussão sobre os processos de institucionalização do poder e da autoridade na sociedade brasileira, descrevendo os modos pelos quais a dominação é produzida e as relações entre classes,

atores, instituições e grupos sociais são construídas. O autor encontra na noção de bonapartismo alguns dos elementos para descrever adequadamente o lulismo, apontando seu caráter multiclassista e seu papel na dissolução dos conflitos de classe. O conceito é tributário do pensamento de Karl Marx que, em “18 Brumário de Luís Bonaparte”, fala da emergência de figuras desde o alto quando a classe burguesa não consegue impor seu domínio. Embora o líder político bonapartista possa contrariar os interesses das classes burguesas, uma vez que se vê obrigado a também atender os anseios de outras classes, sobretudo, a trabalhadora, ele não coloca em questão os fundamentos da acumulação capitalista burguesa. A liderança se constrói como se estivesse para além do bem ou do mal em relação às lutas de classes:

O sucesso das soluções intermediárias, arbitrais, depende, em alguma medida, da figura providencial do líder que dá a cada um o seu quinhão. O reforço da autoridade do presidente, que aparece como “benfeitor patriarcal de todas as classes”, é parte constitutiva do esquema, e o êxito da arbitragem tira a centralidade da luta de classes. Há, portanto, algum componente bonapartista ou cesarista nesse tipo de configuração. Considerando-se as peculiaridades da experiência dos Bonaparte (I e III) na França e dos diversos outros episódios de cesarismo citados por Gramsci (a Itália depois do Magnífico – Lourenço de Médici –, Bismarck, na Alemanha, MacDonald, na Inglaterra), o lulismo não deixa de ser um caso de “grande personalidade” a presidir um governo de coalizão. (SINGER, 2012, p. 201).

A política de conciliação de conflitos entre as classes sociais se expressa, por exemplo, nas políticas de beneficiamento do capital e nas políticas de inclusão dos mais pobres. No lulismo, diz Singer, pagam-se altos juros aos donos do dinheiro e ao mesmo tempo aumenta-se a transferência de renda para os mais pobres por meio de programas e políticas específicas. O financiamento do agronegócio e da agricultura familiar seria, segundo o autor, outra faceta da tentativa de conciliação das contradições e dos interesses conflitantes que perpassam a sociedade brasileira. São inúmeros os exemplos dados por Singer para sustentar sua hipótese. Talvez o mais relevante de suas reflexões esteja em apontar a persistência das contradições de classe embora estas tendam a ser estatizadas, desmobilizando as classes subalternas e evitando qualquer radicalização política.

“**Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**”, de Marcos Nobre, estabelece um diálogo direto com o livro de Singer. Nobre vê o lulismo como resultado de um fenômeno maior, o peemedebismo. Para ele, o peemedebismo se formou no Brasil durante a Constituinte cuja sua principal

característica seria a blindagem do sistema político contra a sociedade operada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que, mais tarde, se tornaria o PMDB. A partir de então o executivo, para poder governar, precisaria estabelecer maiorias suprapartidárias segundo o modelo do “Centrão” da Constituinte. O término do nacional-desenvolvimentismo e da ditadura militar ensejou a formação de uma cultura política democrática conservadora com a emergência do peemedebismo. As chamadas “Jornadas de Junho” ocorridas em 2013 seriam a expressão de uma sociedade política totalmente fechada aos interesses dos cidadãos brasileiros. Sua razão de ser estaria em uma busca de canais de influência por parte da sociedade civil:

Para encontrar contrapartidas do peemedebismo em outros sistemas políticos, seria preciso ver reunidos pelo menos cinco elementos fundamentais: o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a “governabilidade; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral). Encontrar contrapartidas exatas que contenham todos esses elementos simultaneamente não é tarefa óbvia. (NOBRE, 2013, p. 14)

Como um fenômeno mais amplo, diferentes governos como Collor, FHC e Lula tiveram que se haver com o peemedebismo. Nobre oferece uma leitura bastante interessante para pensar o caráter conservador da sociedade brasileira, sobretudo, num momento em que se tornou comum falar na emergência de “ondas conservadoras, reacionárias e autoritárias”. O suposto conservadorismo reinante na sociedade brasileira de hoje estaria enraizado em processos de duração e amplitude maiores e evidencia os limites e os alcances do marco republicano inaugurado pela redemocratização. Ao apresentar o papel do peemedebismo na correlação de forças no jogo político, ou melhor, da relação entre executivo e legislativo pós-redemocratização, é possível entrever os mecanismos pelos quais o Congresso Nacional se tornou um “balcão de negócios”. A construção da governabilidade se daria pela configuração de um presidencialismo de coalizão, tornando em muitos casos o executivo refém do legislativo. O peemedebismo teria uma finalidade puramente conservadora, obstruindo mudanças e/ou transformações, sobretudo, aquelas cujas forças ou tendências venham da sociedade civil organizada.

Em uma leitura provocante e provocativa, Francisco de Oliveira diz ainda não haver suportes teóricos capazes de dar conta de explicar o lulismo. Em “**Hegemonia às avessas**”, Chico, como é comumente referido inclusive nos círculos intelectualizados, fala da emergência de um fenômeno totalmente novo em que os dominados tomam o poder em suas mãos, mas, ao invés de impor um novo direcionamento à sociedade, reafirmam as bases de sua própria exploração. Na tradição gramsciana com a qual Chico estabelece um diálogo muito profícuo, a hegemonia se constrói a partir da imposição consentida dos valores das classes dominantes aos dominados. No entanto, no governo lula, os dominados passam a ocupar posições antes ocupadas pelos dominadores. Os dominadores aceitam a direção moral dos dominados, não oferecendo resistência, já que a direção imposta pelas classes subalternas não fere seus interesses. Nas palavras do sociólogo,

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, está à testa da organização do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula. (OLIVEIRA, 2010, p. 26)

Chico recusa a ideia segundo a qual o lulismo seria uma forma de populismo, já que este último seria adequado para descrever a regulação social em sociedades em transição de formas oligárquico-agrícolas para urbano-industriais. A despolitização das lutas sociais em torno da desigualdade e da pobreza, transformando-a como uma questão de gestão de políticas públicas, é apontada por Chico como uma dos maiores problemas do lulismo. Para o sociólogo, Bolsa Família e outros programas sociais seriam a expressão da mudança na permanência, daquilo que Luiz Werneck Vianna chamou, na esteira do pensamento gramsciano, de “revolução passiva” (cf., VIANNA 1997, 2007). No lulismo, houve, segundo Chico, a ampliação da elite do poder<sup>1</sup> em que sindicalistas e administradores de fundo de pensão passam a ter um papel

---

<sup>1</sup> Durante o período do governo lula, surgem vários estudos que tentam dimensionar o perfil das elites dirigentes do país para com isso delinear as configurações do Estado (cf., por exemplo, JARDIM, 2009; D'ARAÚJO, 2007).

estratégico na condução da política econômica e, portanto, também na organização do consenso social.

Em “**Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira**”, Ruda Ricci apresenta os modos pelos quais a regulação social se dá a partir do lulismo. Segundo o sociólogo, o Brasil teria passado por um processo bastante parecido àquele da sociedade norte-americana quando, durante o governo de Franklin Delano Roosevelt, se forma a classe média. O ex-presidente Lula teve um papel fundamental como uma liderança carismática responsável pela possibilidade de construir um consenso entre as diferentes classes sociais, partidos políticos e movimentos sindicais. Ao analisar a formação dos conselhos e dos movimentos sociais durante o governo Lula, Ricci fala da formação de estruturas híbridas, mas cujo poder de decisão ainda permanece nas mãos do Estado, reforçando seu caráter centralizador e autoritário. Segundo as palavras do sociólogo,

A partir da conformação do fordismo tardio brasileiro, a acelerada ascensão do consumo das classes trabalhadoras gestou um ideário individualista e intimista que criou um caldo de cultura muito próximo ao pragmatismo e individualismo norte-americano forjado, em especial, a partir dos anos de 1950. Há, evidentemente, um diferencial em relação à exigência de políticas estatais de natureza equitativa, mas, paradoxalmente, a demanda por proteção estatal dialoga com grande desconfiança em relação à prática política coletiva, criando uma combinação improvável entre paternalismo e cinismo político, focado na ascensão social da família pobre. (RICCI, 2013, p. 2011)

Em “**A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**”, Ruy Braga parte da discussão das teorias regulacionistas muito em voga durante a década de 70. O lulismo seria uma forma de regulação que surge após a regulação autoritária durante o período da exceção brasileira, a regulação neopopulista durante o período da redemocratização e participação do novo sindicalismo e a regulação neoliberal adota por Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Nele as políticas redistributivas teriam um papel fundamental na construção do consenso social. A presença das direções sindicais em órgãos do governo contribuiria significativamente para que os possíveis desejos de mudança, sobretudo, aqueles advindos das classes trabalhadoras sejam abafados. Para Ruy Braga,

Dessa forma, podemos estudar empiricamente a dialética do lulismo, cuja essência consiste em combinar o *consentimento passivo das massas* – que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo – com o

*consentimento das direções sindicais – seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão. (BRAGA, 2012, p. 37)*

Trabalhando dentro da perspectiva da sociologia do trabalho, a teoria regulacionista pressupõe que viveríamos um mundo em transição entre o regime de regulação fordista para o pós-fordismo. No fordismo como regime de acumulação, o consumo de massa como um eixo orientador da organização do trabalho é central. A estratégia seria aumentar a produtividade e diminuir os preços, promovendo o aumento do consumo com a presença de um Estado intervencionista capaz de mediar as relações entre empresariado e classe trabalhadora, já que esta última se torna um elemento importante na dinâmica do consumo e, como consequência, na demanda da produção. Na nova fase de acumulação capitalista, a flexibilização das relações trabalhistas se torna central sendo operado por mecanismos institucionais, foco da análise da perspectiva regulacionista. Imbuído deste olhar, Braga lança seu olhar sobre o precariado. Apesar do conceito tem história bastante multifacetada nas ciências sociais, ele se refere ao “proletariado precarizado”, “por aquilo que, excluídos tanto do lumpenproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’” (p. 18), “a população mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas” (p. 19).

## 2. A crítica...

A breve descrição do pensamento dos autores que se reúnem em torno da discussão do lulismo não poderia deixar de ser parcial e incompleta dado o espaço disponível para a discussão. Apesar disso, é possível entrever algumas semelhanças no interior de abordagens muito diversas, permitindo elaborar alguns dos limites de suas análises. Há em todos eles um elemento comum: **o lulismo representou uma forma de despolitização das relações sociais, sobretudo, as lutas de classes e, como consequência, as relações políticas.** Os autores aqui analisados parecem dar continuidade aos estudos críticos em ciências sociais que sustentam a ideia segundo a qual a sociedade brasileira é marcada pela ausência de transformações, ou melhor, que as transformações amiúde reiteram o mesmo. “Revolução passiva”, “cordialidade”, “modernização conservadora”, “populismo”, “autocracia burguesa”, “via prussiana”,

“patrimonialismo estamental” são diferentes expressões que marcaram as ciências sociais brasileiras até meados da década de 70 numa tentativa de dizer o caráter imóvel das mudanças no país. “Pacto conservador”, “hegemonia às avessas”, “imobilismo em movimento”, “consentimento passivo”, “bonapartismo” seriam algumas das novas expressões que, embora não sejam os equivalentes daquelas do passado, atualizam, ainda que em parte, problemáticas pretéritas que supostamente permanecem.

Apesar da importante e fundamental a contribuição dos diferentes autores aqui discutidos, falta a todos eles, em maior ou menor grau, uma perspectiva que consiga prever mudanças qualitativas, sobretudo, daquelas vindas da sociedade civil. Ao enfatizar o “o movimento no imobilismo” e o fracasso da democracia e suas promessas de cidadania, perdem de vista a evolução política do país nas últimas décadas cujas consequências são a emergência de novos atores sociais e, como consequência, significativas reestruturações das relações sociais. Os autores, a exceção de Rudá Ricci, dão pouca atenção para atores sociais como o movimento negro, movimento feminista, movimento indígena, movimento LGBT etc. Além disso, há setores organizados da sociedade como grupos religiosos, notadamente evangélicos e católicos, e grupos militares que também têm tido papel histórico importante cujo papel é ignorado. Algo assim decorre do fato de que, apesar de suas divergências teóricas, a maior parte deles recorre a conceitos tradicionalmente marxistas e/ou de inspiração marxista e continua a tratar a lutas de classe<sup>2</sup> como o motor da história, como uma espécie de metanarrativa, as relações de poder que explicam outras relações de poder, hierarquizando outras não menos importantes.

Os estudos elaborados pelos autores estão imersos na herança das ciências sociais do século XIX em que a dicotomia cultura versus economia sustenta campos de análises conceitualmente opostos. Poucos autores marxistas ousam romper com a ortodoxia marxista de que a luta de classe é o campo onde a história da humanidade se desenrola. Essa é uma das razões pela qual José Carlos Mariátegui (cf., MARIATÉGUI,

---

<sup>2</sup> Inclusive o debate sobre as classes sociais no Brasil ganhou novo impulso com a chamada “nova classe média”. Na verdade, houve um intenso debate entre intelectuais para determinar se houve ou não a emergência de uma nova classe média durante o governo lula. Se, de um lado, houve quem defendesse a formação de uma nova classe média (cf., NERI, 2012), por outro, alguns defenderam a formação de uma nova classe trabalhadora, criticando veementemente a ideia de uma nova classe média (cf., SOUZA, 2012; POCHMANN, 2012).

2009, 2011) é um dos poucos teóricos marxistas latino-americanos a alcançar projeção internacional. Mariátegui ousou romper com a ortodoxia da época e considerar índios e camponeses como atores políticos e históricos quando o marxismo, sobretudo, expresso pela *Komintern*, via apenas a classe trabalhadora. Quem são os atores políticos e históricos que estão sendo deixados de lado pelas narrativas marxistas tradicionais e pelas vozes privilegiadas de interpretação do lulismo? Como superar a dicotomia entre economia política e cultura, herança das ciências sociais do século XIX e do liberalismo do mesmo período?

Por óbvio que seja é bom salientar, o presente texto não pretende responder a esta questão. No entanto, ao trazê-la pretende tão-somente apontar alguns caminhos que parecem mais acertados. O paradigma da colonialidade do saber/poder nos termos de Aníbal Quijano (cf., QUIJANO, 2014) afirma que “a perspectiva eurocêntrica, a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia não são elementos que acrescem às estruturas econômicas e políticas do sistema mundo-capitalista, mas sim uma parte integrante, entretecida e constitutiva desse amplo ‘pacote enredado’ a que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu” (GROSFOGUEL, 2005, p. 124). O paradigma da decolonialidade pressupõe a visão fanoniana (cf., FANON, 1979) segundo a qual o racismo não pode ser visto apenas como um fenômeno da superestrutura. É preciso pensar as hierarquias étnicas, raciais, de gênero, sexuais, epistemológicas, econômicas, políticas etc. como uma grande rede tecida e entretecida por diferentes pontos que modulam suas relações. A dicotomia entre economia e cultura não existe exceto como ficção metafísica de uma província do mundo chamada Europa que se fez centro.

Para Ramon Grosfoguel (2005, p. 131), precisamos encontrar novos conceitos e linguagens capazes de explicar o complexo enredamento das hierarquias de gênero, raciais, sexuais e de classe existentes no interior dos processos geopolíticos, geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo colonial/moderno, em que a incessante acumulação de capital é afetada por – e integrada em, e constitutiva de, e constituída – por essas hierarquias. É preciso teorizar as intersecções entre as diferentes relações de poder, como vêm fazendo teóricas feministas latino-americanas desde Glória Anzáldua (cf., ANZALDUA, 1987), rompendo com o privilégio da interpretação da realidade social que ainda hoje se mantém como apanágio, sobretudo, de homens



brancos, cristãos, heterossexuais, de cultura política marxista e/ou liberal e ilustrada, produzindo nos centros hegemônicos de saber do Brasil.

É naquilo que Anibal Quijano (2004) chama de “socialização do poder” que poderemos encontrar caminhos mais profícuos para entender a configuração das sociedades latino-americanas e a possibilidade de transformá-las. Ao invés de falarmos em socialização dos meios de produção, é preciso pensar em uma socialização em termos bem mais amplos, já que a sociedade brasileira não se caracteriza apenas por desigualdades de classe, mas também por clivagens raciais, étnicas, de gênero, sexuais, políticas, epistêmicas etc. Algo assim não implica tornar a questão de classe, a exploração capitalista, a desigualdade econômica, um problema menor, mas compreender que a dominação de classe só é possível porque há um componente racista que lhe é inerente. As lutas de classe no Brasil sempre tiveram um componente racial no sentido amplo do termo, reconhecido por Florestan Fernandes, em seu “momento decolonial”:

Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre sociedade civil e nação. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da sociedade civil (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simetricamente, que eles tendem a reduzir a nação a um ente abstrato (ou a uma ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida”. (FERNANDES, 2003, 352).

Ainda segundo Ramón Grosfoguel (2005), a colonialidade do poder é um conceito que tenta integrar, como parte de um processo estrutural heterogêneo, as múltiplas relações em que os processos culturais, políticos e econômicos se enredam com o capitalismo enquanto sistema histórico. A ideia de uma heterogeneidade estrutural implica pensar as múltiplas formas de trabalho dentro de um único processo histórico. Além disso, as hierarquias raciais estão intimamente ligadas à lógica de acumulação capitalista assim como esta está perpassada por clivagens de gênero e sexuais. Segundo a perspectiva decolonial, não se trata de pensar qual é a hierarquia mestra do mundo moderno/colonial, mas como a modernidade/colonialidade é marcada por uma heterogeneidade hierárquica em que inúmeras relações de poder (políticas, econômicas, sociais, de gênero, epistêmicas, sexuais, raciais etc.) se enredam, ora funcionando de forma harmônica ora de forma tensionada. Não se trata de ignorar a dimensão de

classe, mas de percebê-la enredada a outros sistemas de poder. Enquanto a esquerda continuar separando a economia da cultura, não conseguirá produzir uma narrativa de emancipação porque a cultura não é epifenômeno da infraestrutura. Nesse sentido, a ruptura do privilégio em torno da interpretação legítima a respeito da estrutura social e política da sociedade brasileira segue sendo um passo importante, já que engendra ações e possibilidades de mudanças e de transformações.

### **Referências bibliográficas**

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute, 1987.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A elite dirigente do governo Lula**. São Paulo: Editora FVG, 2007.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo Editora, 2006.

GROSFUGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80: 115-147, 2008.

JARDIM, Maria A. Chaves. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos do governo Lula**. São Paulo: Annablume, 2009.

MARIATÉGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular : CLACSO, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por um socialismo indoamericano**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010.

NOBRE, Marcos **Imobilismo em movimento: da redemocratização ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. “Hegemonia às avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidade/descolonialidad del poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RICCI, Rudá. **Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira**. Brasília: Editora Contraponto/Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé de. **Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo do PT**. Política Democrática, nº 18, 2007.